

BNDES pune agressões ao meio ambiente

Cacaueiros da Bahia tiveram parte de um empréstimo suspensa por estarem causando danos à Mata Atlântica

por Vera Saavedra Durão
do Rio

A primeira medida de retaliação contra empresas que não levam em conta a variável ambiental em seus projetos de investimentos foi tomada recentemente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao suspender a liberação de uma segunda parcela de crédito de R\$ 60 milhões para os cacaueiros da Bahia combaterem a praga "vassoura de bruxa". Os cacaueiros não deram tratamento adequado às recomendações ambientais feitas pelo banco e estão devastando a Mata Atlântica local, contou o presidente do banco, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ciente de



Antônio Kandir

ter criado um "rebuliço político" ao "cutucar com vara curta" o governo "poderoso" do PFL da Bahia. O assunto será objeto de reunião entre as partes no BNDES ainda nesta semana.

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, esteve ontem, no Rio, reunido com Mendonça de Barros e representantes de agentes financeiros do BNDES tentando convencê-los a considerarem a variável ambiental no financiamento de projetos. A iniciativa do Protocolo Verde foi tomada pelo governo Fernando Henrique desde o ano passado. "O governo do presidente Fernando Henrique tem a meta de nortear sua política de crédito por uma preocupação am-

biental", avisou Kandir a um plenário de executivos financeiros.

Num primeiro momento, o governo não hesitará em usar "o grande poder de coerção do dinheiro" para persuadir as instituições financeiras e as empresas a investirem no combate à poluição e à destruição do meio ambiente, conforme recomendação do ministro do Planejamento, contou Mendonça de Barros. Essa política está sendo seguida à risca pelo BNDES. Outra novidade nessa área foi tomada pelo Banco do Brasil que, segundo o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, condicionou a liberação de financiamentos a projetos agrícolas à redução de 30% no uso de defensivos na lavoura pelos fazendeiros.

O titular do BNDES disse ter "orgulho" da importância que o banco dá à questão ambiental. De 1990 a 1996 o volume de recursos liberados pela instituição para

apoiar esses projetos atingiu cerca de US\$ 2 bilhões. Somente no ano passado esses desembolsos chegaram a US\$ 498 milhões, 105% a mais que em 1994. No primeiro semestre deste ano, as liberações somaram US\$ 267 milhões para apoiar inversões de despoluição e controle ambiental em todo o País. Desse total, US\$ 43 milhões foram liberados para apoiar a execução de 210 projetos no âmbito do Programa de Controle do Meio Ambiente (PCMA), uma linha de crédito do banco específica deste segmento.

O BNDES apóia iniciativas de controle e prevenção da poluição da água e do ar; monitoramento, recomposição ambiental de áreas degradadas; recobertura vegetal; e segurança, saúde e

higiene do trabalho através do PCMA. A importação de máquinas e equipamentos para combater a poluição é financiada através da



Luiz Carlos Mendonça de Barros

Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame). Os financiamentos diretos via BNDES são de projetos de combate a impactos ambientais dentro de projetos maiores de investimentos.

No BNDES, as linhas de financiamento indireto (com agente financeiro) para meio ambiente tem custo de Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) mais 4,5% (1,5% "spread" do BNDES e 3,5% del credere do agente financeiro) e as de financiamento indireto custam TJLP mais "spread" de 1,5% ou 0,5%.

25/7/96
 A-5